

Santa Casa da Misericórdia de Grândola



Contas de Gerência do Exercício de 2018

ÍNDICE

RELATÓRIO	6
Relatório de actividades	6
Relatório económico-financeiro	14
Lar	16
Centro de dia	17
Hemodiálise	18
Proposta de aplicação de resultados	18
Informações adicionais	18
CONTAS	19
Balanço	19
Demonstração dos resultados por naturezas	20
Anexo às demonstrações financeiras para o período findo em 31-12-2018	23
NOTA 1 Identificação da entidade	23
NOTA 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	24
NOTA 3 Principais políticas contabilísticas	24
NOTA 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	28
NOTA 5 Activos fixos tangíveis	30
NOTA 6 Activos intangíveis	31
NOTA 7 Investimentos financeiros	31
NOTA 8 Inventários	32
NOTA 9 Rédito	32
NOTA 10 Subsídios do governo	32
NOTA 11 Instrumentos financeiros	33
NOTA 12 Diferimentos	33
NOTA 13 Benefícios dos empregados	35
NOTA 14 Fornecimentos e serviços externos	35
NOTA 15 Outros rendimentos	32
NOTA 16 Outros gastos	36
NOTA 17 Informações exigidas por documentos legais	37
PARECER DO CONSELHO FISCAL	38
RELATÓRIO DE AUDITORIA	40

Hins
Mier
Rac
H

"As espécies que sobrevivem não são as mais fortes, nem as mais inteligentes, mas sim aquelas que se adaptam melhor às mudanças."

Charles Darwin

NOTA DE ABERTURA

Findo mais um ano, a tentação seria fazer um balanço da nossa actividade e da forma como gerimos a causa comum que é a Santa Casa da Misericórdia.

Um sábio de vetusta idade quando confrontado com a questão sobre se do tudo porque tinha passado alguma vez se tinha deparado com dias assim, como resposta limitou-se a dizer que não – necessidades sempre existiram – para ele a mudança radical e que torna qualquer situação mais penosa é a completa indiferença e a crescente falta de solidariedade.

E foi nossa missão estar atento, próximo, e fazer o bem não importa a quem, de acordo com os nossos melhores julgamentos embora conscientes das nossas limitações.

Os quadros legais alteram-se, os apoios reduzem-se, mas o nosso propósito manteve-se diariamente firme. Camões o escreveu: *“melhor é experimentá-lo do que julgá-lo, mas julgue-o quem não pode experimentá-lo.”*

A nós coube-nos a grata tarefa de todos os dias tentar fazer melhor. A outros, porventura mais doutos, cabe a tarefa de nos julgar.

O presente relatório dá testemunho disso mesmo, mostrando os resultados de uma estratégia de actuação que se quis prudente e cada vez mais eficiente. Aqui se apresentam para memória futura, os projectos e programas que deram corpo a esta estratégia e como resposta às necessidades e aos interesses das pessoas.

Este documento reafirma, também, o compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Grândola em respeitar os princípios das boas práticas de Gestão, da transparência, e da prestação de contas à sociedade.

Todos os anos são diferentes, por certo com novas dinâmicas, novos projectos mas com dois dados que poderão ter como adquiridos: a firmeza das nossas convicções e a fragilidade das certezas que o sector atravessa. Mas com a experiência adquirida e o vosso apoio estamos certos nos manteremos no rumo certo.



A Mesa Administrativa ao concluir a apresentação do Relatório de Actividades e consciente da importância e valor dos apoios e estímulos recebidos propõe, que a Assembleia Geral manifeste o seu reconhecimento e o de toda a Instituição a quantos de qualquer modo contribuíram para que as actividades da Instituição apresentem os resultados alcançados, de que nos podemos orgulhar. De um modo muito especial:

. À Assembleia-geral, Conselho Fiscal e a todos os colaboradores que no dia-a-dia se esforçaram activamente na melhoria de prestação de serviços na nossa Instituição;

. A todos os benfeitores, que fazem chegar donativos tanto em espécie como em géneros.

. Para todos, bem como para os falecidos no decurso deste exercício, vão os nossos agradecimentos e que Deus a todos recompense e a Senhora das Misericórdias abençoe.

Vamos continuar a trabalhar para que a Santa Casa da Misericórdia de Grândola preste mais e melhores serviços aos idosos, aos grandolenses e a toda a comunidade.



| RELATÓRIO

| Relatório de actividades

Envolvente Social

A Santa Casa da Misericórdia de Grândola, fundada em 23 de Julho de 1568, tem como principal missão a assistência à terceira Idade, contando para isso, com duas valências: ERPI e Centro de Dia, para as quais tem acordos com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, Serviço Sub-Regional de Setúbal, de 150 e 38 utentes, respetivamente.

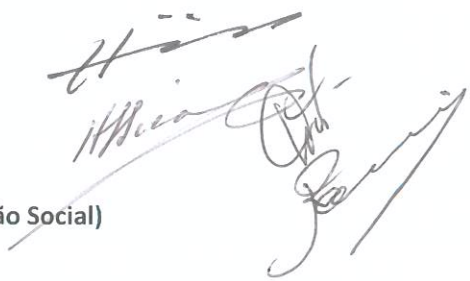
A valência ERPI surge, como uma resposta social destinada a pessoas idosas que, por diversas razões, estejam incapacitadas para se manterem no seu domicílio. A referida valência, para além da alimentação e higiene pessoal, proporciona assistência médica, medicamentosa, enfermagem, fisioterapia e animação sócio-cultural.

Aos que frequentam o Centro de Dia, a instituição presta-lhes apoio de transporte, quatro refeições diárias, tratamento de roupa e higiene pessoal, passeios, assim como um acompanhamento muito próximo.

Cantina Social

Devido ao facto de continuar a subsistir a necessidade de apoio a famílias em dificuldades, foi assinada uma Adenda ao Protocolo de Colaboração no âmbito da Rede Solidária de Cantinas Sociais, com vista a dar continuidade ao Programa de Emergência Alimentar nos termos já instituídos. Numa ótica de complementaridade ao POAPMC (Programa Operacional Apoio Pessoas Mais Carenciadas), houve ao longo do ano uma redução gradual do número de refeições ao abrigo do Protocolo PEA (Programa de Emergência Alimentar).

Fornecemos alimentação gratuita a dezenas de pessoas de passagem por Grândola e a famílias que se encontravam momentaneamente em condições difíceis;



RLIS (Rede Local de Inserção Social)

A RLIS – Rede Local de Intervenção Social, foi criada com o objectivo de prestar apoio técnico para um atendimento e acompanhamento efectivo de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como em situações de emergência social.

A RLIS tem como parceiro principal a Segurança Social, encontrando-se em funcionamento desde o início de Agosto/2016, estando prevista a sua extensão por mais um ano para além dos três anos inicialmente previstos.

O referido projeto, abrange a nível territorial os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal. Requer uma equipa multidisciplinar composta por duas técnicas a tempo inteiro e uma coordenadora a 50 %. O projecto é cofinanciado pelo POISE – Programa Operacional de Intervenção Social e Emprego.

Loja Social

A Santa Casa da Misericórdia de Grândola, atenta à actual situação socioeconómica do país e tendo em conta as dificuldades em que vivem muitas famílias, colocou à disposição dos mais carenciados um Banco de Roupas, num espaço (Loja Social) situado na rua José Vicente Serrano.

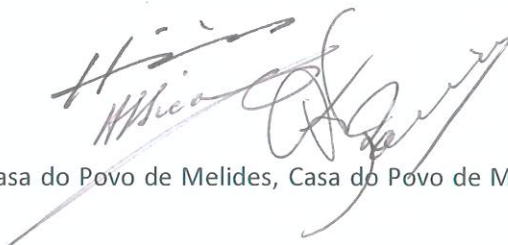
Animação Sociocultural

As atividades de animação, têm como objetivo estimular a capacidade de concentração e reação, de aumentar a autoestima e diminuir a apatia, a desmotivação, a solidão e o isolamento social que afeta esta faixa etária – 3ª idade, promovendo o bem-estar físico, emocional e social do utente. Neste sentido desenvolveram-se durante o ano de 2018 diversas atividades de animação/ocupação, previstas no Plano Anual.

Os utentes das duas valências participam nas atividades organizadas semanalmente para animação e ocupação dos idosos.

Continuidade do projecto “Intercâmbio entre as Misericórdias” de Grândola, Alcácer do Sal, Odemira, Santiago do Cacém e Sines. Neste âmbito são realizados convívios nas diferentes instituições, que para além do almoço e lanche, são realizadas atividades, com o objetivo de promover a socialização, o convívio a interação motora e lúdica entre todos os utentes.

Realização de diversas festas de convívio na nossa Santa Casa tendo convidado outras instituições e por diversas vezes deslocaram-se Idosos da nossa Instituição a outras Instituições, para participarem em festas convívio (Ex:



Centro de Dia de São Francisco, Casa do Povo de Abela, Casa do Povo de Melides, Casa do Povo de Melides, Odemira, etc.)

Nos meses de Julho, Agosto e Setembro, um grupo de utentes acompanhados pela animadora socio cultural e fisioterapeuta da Misericórdia frequentaram a piscina municipal.

No final de cada mês, é realizada uma festa de aniversário em cada bloco, para os utentes e funcionários aniversariantes.

Incluído na comemoração do aniversário dos utentes, no mês de Junho, a festa contou com a presença da D.^a Fernanda da “Delícia das Farturas” a qual se disponibilizou para, a título gratuito, instalar uma pequena roulotte de farturas no recinto exterior da misericórdia, local onde foi possível assistir à confeção do referido doce para os utentes e funcionários, tendo posteriormente havido a actuação da Marcha de Grândola “Missão Coragem”. Em seguida foi servido um lanche no refeitório da Instituição para todos os participantes.

Proporcionamos diversos passeios aos idosos e funcionários no autocarro da Instituição. Exemplo: Paróquia de Santa Margarida da Serra, Feira de Grândola, Feira do Chocolate, Santuário de Fátima, Ovibeja, Porto Covo, Tróia, etc.

No decorrer do ano, um grupo de utentes da Misericórdia, designado "Tropeçar no Tricot", tricotaram botas e gorros para recém-nascidos. Neste âmbito, no dia mundial da Prematuridade, um grupo de seis utentes, acompanhados pela animadora e pelo motorista, deslocaram-se à Maternidade Alfredo da Costa em Lisboa, para fazerem pessoalmente a entrega das peças à associação XXS – Associação Portuguesa de Apoio ao Bébé.

A turma de Expressão Teatral da Universidade Sénior de Grândola, disponibilizou-se para apresentar aos utentes da misericórdia, a peça “Ti Jacinto Barbeiro”. A referida actividade realizou-se no Pavilhão “Irene Aleixo”, tendo posteriormente sido servido um lanche para todos, no refeitório da instituição.

A Misericórdia recebeu grupos de formandos, em visita de estudo, de diversas Instituições e alunos de diferentes escolas de Grândola, para desenvolver actividades com os Idosos.

Formação

Ao abrigo do Programa Qualifica e na sequência do protocolo com a ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Superior e com a colaboração do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, decorreram ao longo do ano, acções de Formação para as colaboradoras dos diversos sectores.

Foram promovidas ao longo do ano, diversas formações internas na área da saúde.

Noutro espectro da acção social:

Em permanente envolvimento com a comunidade local colaborámos ativamente com as seguintes entidades:

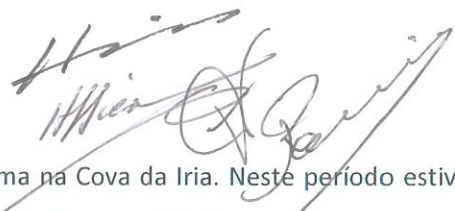
- . Cercigrândola
- . Bombeiros Voluntários de Grândola
- . GNR
- . Tribunal
- . Centro de Saúde
- . Hospital do Litoral Alentejano
- . Câmara Municipal de Grândola
- . Junta de Freguesia de Grândola
- . Paróquia de Grândola
- . Centro Distrital da Segurança Social
- . Associação de Socorros Mútuos Montepio Grandolense.

Somos parte integrante do/da:

- Plano Municipal de Emergência;
- CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- CLAS – Conselho Local de Acção Social;
- Grupo de trabalho para as questões da pessoa idosa dependente e/ou deficiente;
- Plataforma Supra Concelhia, em representação da União das Misericórdias Portuguesas;
- Comissão Municipal de Protecção Civil.

Como vem sendo habitual, o recinto da Misericórdia foi incluído no desfile de Carnaval organizado pela Ludoteca de Grândola, onde participaram, crianças, pais, centros de apoios escolares, a Creche e Jardim de Infância, o Estúdio Jovem e a Banda da SMFOG, para que os Idosos pudessem assistir ao referido desfile.

A exemplo dos anos anteriores, por altura do 13 de Maio, a Santa Casa prestou apoio em termos de jantar, alojamento e pequeno-almoço, a um grupo de 90 peregrinos (Alvalade, Ajustrel, Santiago e Vila Nova de Santo



André), que se deslocaram a pé ao Santuário de N.ª Sr.ª de Fátima na Cova da Iria. Neste período estiveram também presentes um grupo de enfermeiros da Ordem Soberana e Militar de Malta, para prestar apoio aos Peregrinos, tendo para isso montado nas instalações da Santa Casa um posto de apoio.

Diversos órgãos sociais participaram na Procissão das Velas e das Rosas em honra de Nossa Senhora da Penha com o estandarte da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

Como é hábito, inserido nas Festas em honra da Nossa Senhora da Penha, a imagem da Padroeira foi trazida em procissão até à Santa Casa da Misericórdia, tendo sido feito uma visita aos utentes dos vários Blocos e posteriormente celebrada uma Eucaristia na Instituição, a qual foi presidida pelo Pe Manuel António. Estiveram presentes utentes, funcionários e comunidade.

A Misericórdia de Grândola esteve presente no XXV - Encontro de Idosos da Zona Sul do Distrito de Setúbal – com o tema “25 Anos de (re)encontros”, que teve lugar no pavilhão Gracieta Baião, em Alcácer do Sal. Deslocou-se para o efeito o autocarro da Instituição com um grupo de idosos. Estiveram também presentes o Sr. Provedor, a Directora Técnica, a Psicóloga, a Animadora Sociocultural e a Encarregada Geral da Instituição. Este evento reúne utentes de várias instituições de idosos dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines. Houve almoço, lanche e vários momentos de animação, incluindo um baile.

À semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, a Santa Casa da Misericórdia colaborou no peditório Nacional da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC).

No mês de Dezembro realizou-se a tradicional Festa de Natal da Santa Casa da Misericórdia de Grândola, a qual teve início com a celebração da Santa Missa presidida pelo Padre Manuel António, a qual se realizou no pavilhão “Irene Aleixo”. Seguiu-se o almoço no refeitório da instituição. Posteriormente, no pavilhão “Irene Aleixo” houve a distribuição de prendas aos funcionários e aos seus filhos. Também à semelhança dos anos anteriores foram sorteados seis cabazes de Natal pelos funcionários. Foram também sorteados pelos funcionários cachecóis feitos pelas idosas da Santa Casa. Ainda durante a tarde houve oportunidade de assistir à atuação do grupo de música popular de Melides: “Falta Um”.

Estiveram presentes as entidades e as instituições habituais.

Ainda no mês de Dezembro, a Santa Casa da Misericórdia proporcionou um jantar de Natal a todos/as os/as funcionários(as), o qual se realizou no refeitório da Instituição.

Vários elementos da direção, a diretora técnica, a técnica de serviço social e a encarregada geral estiveram presentes em vários eventos que se realizaram em diversas instituições.



Património/Equipamento

No dia 23 de Julho de 2018, dia em que a Misericórdia comemorou os seus 450 anos, foi inaugurado e entrou em funcionamento o Pavilhão “Irene Aleixo”, o qual se destina à promoção de eventos e iniciativas de animação sociocultural.

Foram realizados trabalhos de reparação e pintura no exterior do Bloco II.

Encontra-se em fase de elaboração por parte da empresa de arquitetura Aires Mateus & Associados, Lda., o projecto de arquitetura para um equipamento de internamento, a implantar no quarteirão junto às instalações já existentes.

Foi adquirida uma viatura de transformação Transporte Especial, com a lotação total de nove lugares e adaptação para o transporte de cadeiras de rodas. Em homenagem ao benfeitor Sr. Joaquim Henriques Castanheira, foi colocada uma chapa metálica no interior da viatura, com a inscrição do seu nome.

Foram adquiridos dois painéis de azulejos com uma dimensão de aproximadamente 3,50mx3,70m, que pertenceram à primitiva igreja da Misericórdia de Grândola, construída em 1569 e que foram vendidos há cerca de um século. A sua pintura remonta ao século XVII (1665), pelo artista Policarpo Oliveira Bernardes e surgiram à venda no Antiquário D’Orey Tilies em Lisboa de Manuel Mantero Capucho. O seu regresso a Grândola representa um dos mais importantes patrimónios do concelho.

Foi adquirida uma imagem religiosa “São João Batista”, que pertenceu à primitiva Igreja da Misericórdia, a qual foi vendida em hasta pública à família Cardim, em conjunto com outras peças religiosas e atualmente encontrava-se na posse da D. Maria Júlia Cardim.

Outros aspectos relevantes

A Santa Casa esteve representada pelo provedor e outros mesários em diversas reuniões com elementos do Centro Distrital, Segurança Social, com a União das Misericórdias Portuguesas, com o Secretariado do Distrito de Setúbal da União das Misericórdias Portuguesas, com a Câmara Municipal de Grândola, entre outros organismos.

A instituição tem ao serviço mais um médico para prestar serviços aos utentes.

A Santa Casa implementou um novo Sistema de distribuição de medicação aos utentes, com base em terapêuticas informatizadas.

Promovida pela União das Misericórdias Portuguesas, realizou-se uma corrida toiros em Estremoz, em que a receita reverteu a favor do Centro Luís da Silva em Borba. A Santa Casa da Misericórdia adquiriu 26 bilhetes, tendo para o efeito ido o autocarro da instituição com funcionários e mesários, para assistirem à referida corrida.

Promovida pelo Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, realizou-se a Segunda Peregrinação das Misericórdias ao Santuário de Fátima. A Santa Casa da Misericórdia de Grândola esteve presente, tendo para isso ido o autocarro da instituição com vinte e seis pessoas, entre elas funcionários e ex-funcionários, os quais participaram com as opas, a bandeira e o estandarte da Misericórdia de Grândola. Estiveram também presentes o Senhor Provedor e o Senhor Tesoureiro. A referida peregrinação contou com a presença de setenta e oito misericórdias com três mil e trezentos peregrinos.

No dia 23 de Julho de 2018 a Santa Casa da Misericórdia de Grândola comemorou 450 anos de existência. O dia iniciou com uma missa celebrada por D. João Marcos, Bispo da Diocese de Beja, acompanhado pelos sacerdotes: Pe. Manuel António do Rosário, Pároco de Grândola, Pe. José Manuel Bravo, Vigário Paroquial de Grândola e Pe. Vítor Melícias, Presidente Honorário da União das Misericórdias Portuguesas.

Seguidamente, Sua Excelência Reverendíssima D. João Marcos procedeu ao batismo da nova viatura de 9 lugares de transporte especial, com capacidade para 2 cadeiras de rodas, bem como ao batismo e inauguração do Centro de Convívio “Irene Aleixo”.

O almoço foi servido no refeitório da Misericórdia e estiveram presentes cerca de duzentas e cinquenta pessoas de diversas entidades do concelho, Misericórdias do distrito e outros convidados.

Após o almoço, no Centro de Convívio “Irene Aleixo”, o Dr. António Bernardino, Presidente da Mesa da Assembleia da Santa Casa da Misericórdia de Grândola abriu a sessão solene, a qual contou com as seguintes intervenções: Sr. Horácio Carvalho Pereira, Provedor da Misericórdia de Grândola, Sr. António Figueira Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Grândola, Dr.ª Natividade Coelho, Diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, Dr. Silva Peneda – Presidente da Assembleia da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), Padre Dr. Vítor Melícias, Presidente Honorário da UMP e Dr. Manuel de Lemos, Presidente da UMP.

Como reconhecimento pelo trabalho realizado ao longo dos anos na causa social, durante a sessão foram feitas condecorações, nomeadamente: Emblema de ouro e diploma de homenagem, o Dr. Luís Filipe de Castilho e Cunha (a título póstumo) e D. Ilda Maria Mendes. Emblema de ouro e título de irmão honorário, o Arquiteto Manuel Rocha de Aires Mateus, o Dr. José Albino da Silva Peneda, o Pe. Dr. Vítor José Melícias Lopes e o Dr. Manuel Augusto Lopes de Lemos.

O dia terminou com uma actuação da Sociedade Musical Fraternidade Operária.



À semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, a Santa da Misericórdia esteve presente na Feira de Agosto 2018 Turismo, Ambiente e Desenvolvimento, no Pavilhão de Exposições através de um Stand. A referida exposição teve como objetivo exibir as réplicas dos painéis de azulejos da antiga igreja da Santa Casa da Misericórdia de Grândola, assim como a divulgação dos quatrocentos e cinquenta anos da Misericórdia.

A Santa Casa da Misericórdia de Grândola colaborou com a Paróquia de Grândola na cedência do autocarro e motorista da Instituição, para o transporte de fiéis a Fátima Cova de Iria.

Saúde

Gastroenterologia

Realizaram-se 209 exames de Endoscopias.

Hemodiálise

Durante o ano foram prestados serviços a uma média de 110 doentes/mensais.

Movimentação de utentes

Durante o ano de 2018 faleceram no Lar 14 homens e 25 senhoras e foram admitidos 16 homens e 23 senhoras.

No Centro de Dia foram admitidos 2 homens.

Considerações Finais

A Mesa Administrativa agradece a todos os elementos dos Corpos Sociais, funcionários, Benfeitores e todos aqueles que com a sua disponibilidade e determinação, de forma desinteressada, contribuíram com a sua solidariedade em prol desta causa.

Grândola, 25 de Março de 2019



| Relatório económico-financeiro

A Santa Casa da Misericórdia de Grândola adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC-ESNL), tendo seguido, no processo de transição do Plano de Contas para Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS) para as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL), todos os requisitos previstos na «RCRF3 - adopção pela primeira vez Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro», tendo a data de transição sido reportada a um de Janeiro de 2010.

A análise económica e financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela Santa Casa da Misericórdia de Grândola, bem com a sua situação patrimonial e financeira a 31 de Dezembro de 2018.

Esta análise deverá ser efectuada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas apresentadas na última parte desta análise.

De modo a permitir a comparabilidade dos dados apresentados todos os mapas incluídos no relatório e contas terão como referência o ano de 2018 e o anterior.

Da actividade da Santa Casa da Misericórdia de Grândola resultou um montante de 4.936.430,84€ de rendimentos e um montante de gastos no valor de 4.474.991,44 € e encerrou o ano de 2018 com um resultado líquido de 461.439,40€.

Visando apurar o contributo de cada valência e actividade identificaram-se os seguintes centros de custo:

. Valências:

- . Lar
- . Centro de dia

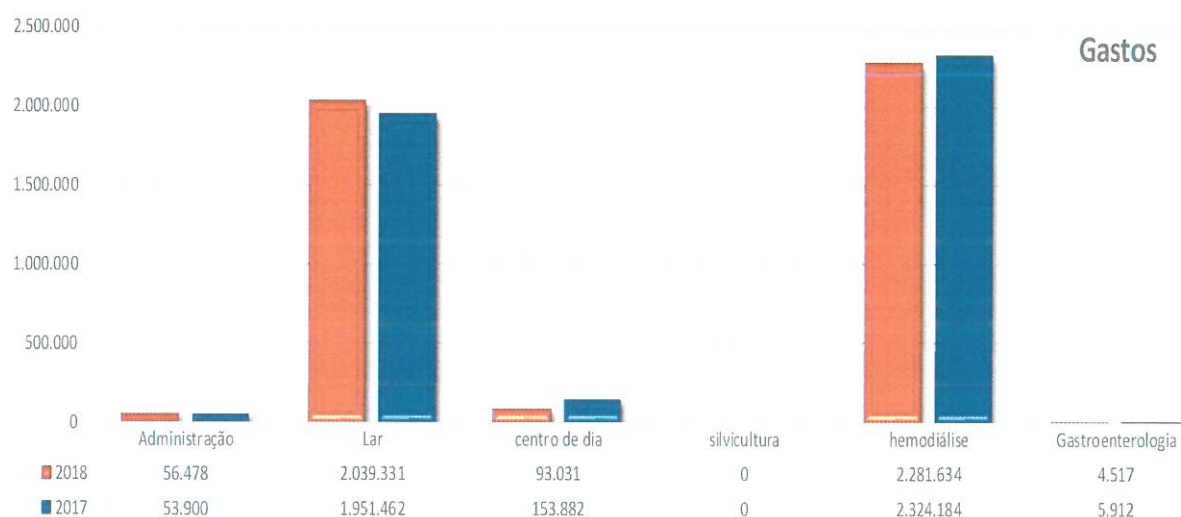
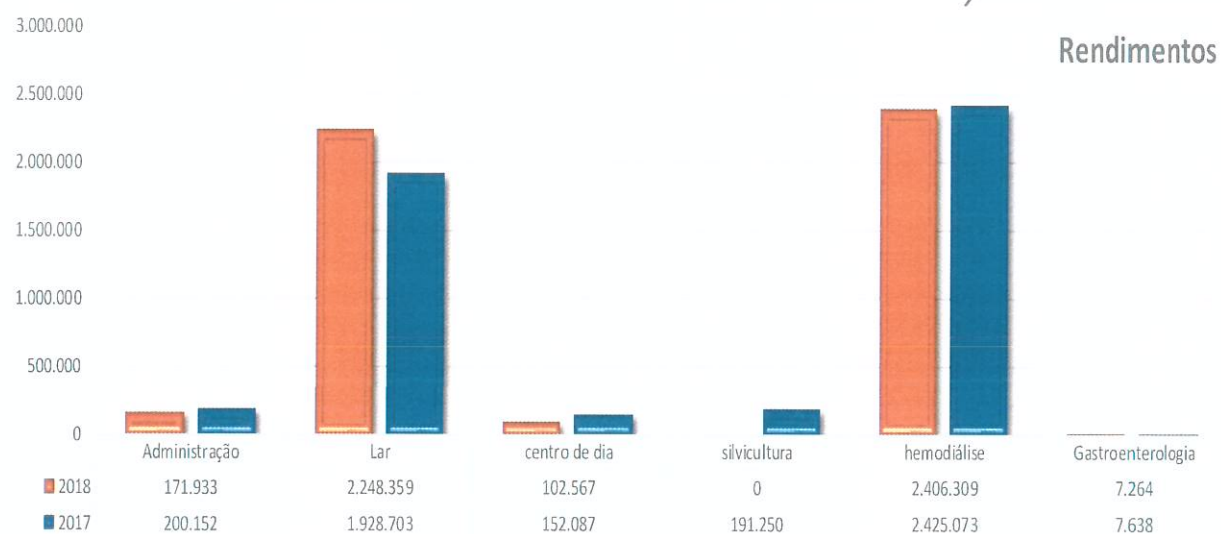
. Actividades:

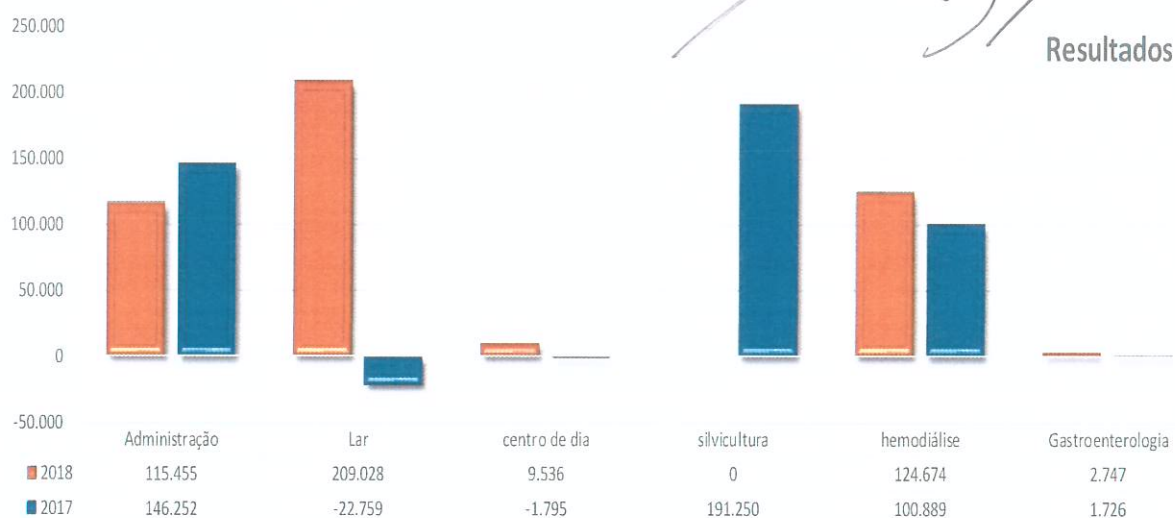
- . Silvicultura
- . Saúde:
 - . Hemodiálise
 - . Gastroenterologia

. **Administração** – onde são reconhecidos todos os rendimentos e gastos não passíveis de imputação directa aos outros centros: rendas – rústicas e urbanas, quotas – activas e passivas, juros, e rendimentos de bens em comum com a Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, bem como os rendimentos e gastos e rendimentos relacionados com o Projecto RLIS.

Handwritten signature

Os quadros seguintes sintetizam o correspondente contributo.



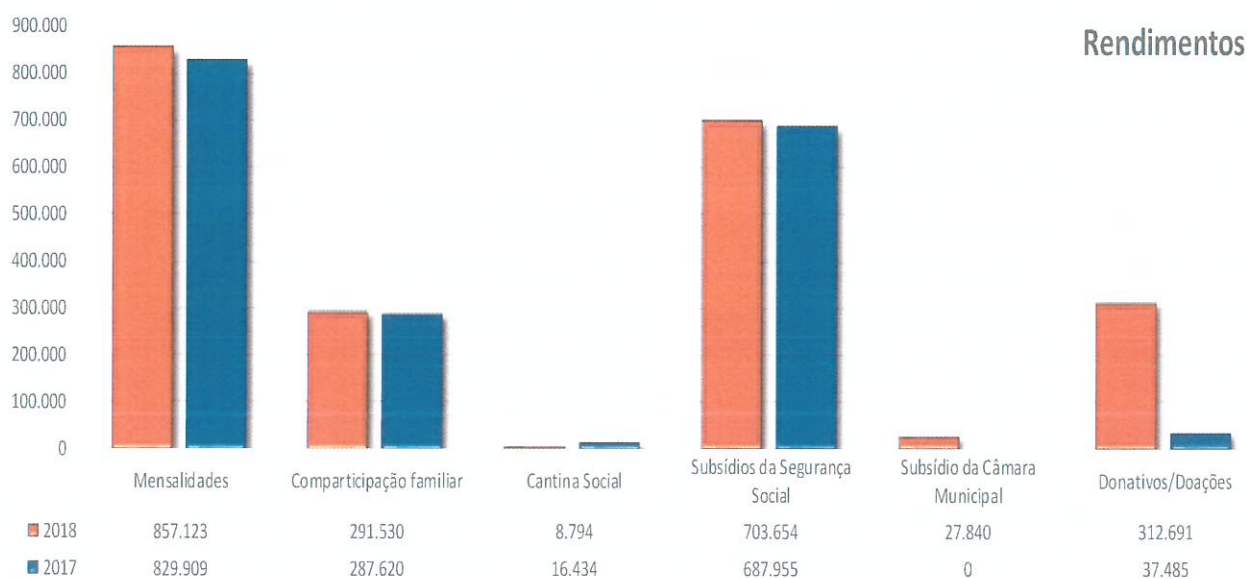


Em sentido oposto ao verificado no ano transacto verifica-se que quer a valência Internamento, quer a valência Centro de Dia apresentam resultados operacionais positivos, embora este resultado se deva a uma situação excepcional relacionada com o recebimento de uma herança de valor relevante.

Em seguida se analisam os dados que nos mereceram maior destaque:

| Lar

Os rendimentos do lar: mensalidades, comparticipação familiar, subsídios da segurança social e imputação de donativos/doações tiveram a seguinte expressão:

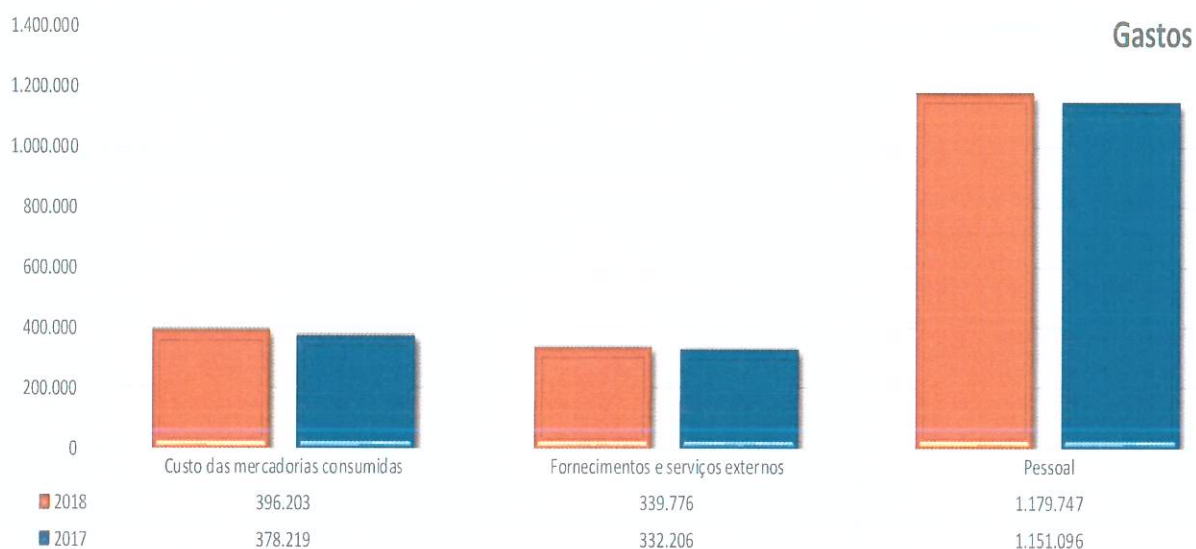


Verificam-se as seguintes variações:

Handwritten signature and initials

. Acréscimo de mensalidades	3,28 %
. Acréscimo de comparticipações familiares	1,36 %
. Decréscimo de Cantina Social	46,49 %
. Acréscimo dos donativos/doações	734,00%
. Acréscimo das comparticipações da segurança Social	2,28%

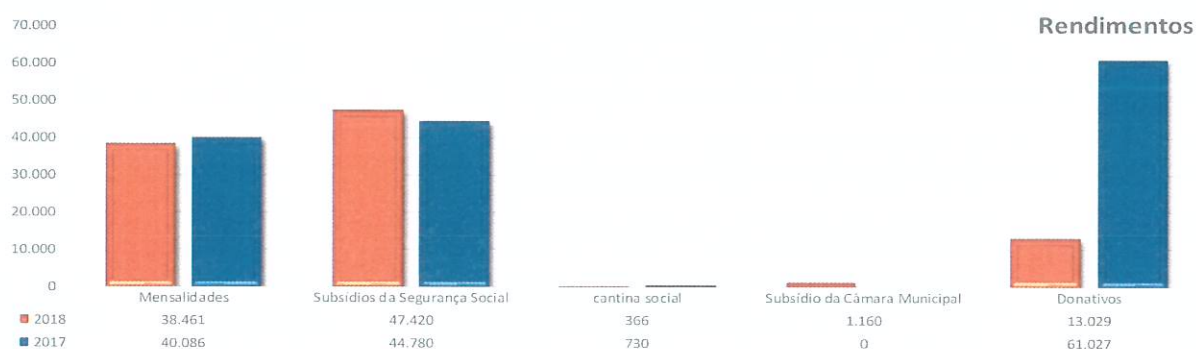
Os gastos do Lar mais relevantes tiveram a seguinte expressão:



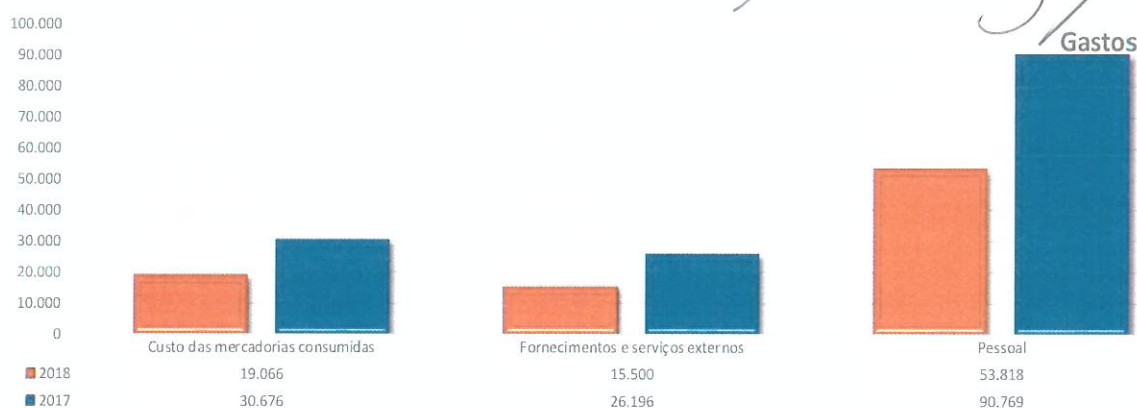
Para a imputação de gastos com o custo das mercadorias consumidas (géneros alimentares, fármacos, material hoteleiro e hospitalar), fornecimentos e serviços externos e pessoal utilizou-se uma chave de repartição que teve como base o contributo dos rendimentos. Assim foi imputado à valência Lar 96,00% e à valência Centro de dia 4,00%.

| Centro de dia

Os rendimentos do centro de dia: mensalidades, subsídios da segurança social e imputação de donativos/doações tiveram a seguinte expressão:



Os gastos do Centro de dia mais relevantes tiveram a seguinte expressão:



| Hemodiálise

O serviço de hemodiálise através da parceria com a Nephocare apresentou no ano de 2018 os seguintes resultados:

- Total de rendimentos: 2.406.308,57€
- Total de Fornecimentos e serviços externos: 2.281.634,24€

O que se traduz num resultado líquido, desta actividade em particular, de: 124.674,33€

| Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2018, no valor de 461.439,40€, seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados 461.439,40 €

| Factos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2018.

| Informações adicionais

Continua em projecto, um investimento muito importante para o futuro da SCMG e da região e a concretizar nos próximos anos - a construção de um equipamento para 70/80 pessoas acamadas e/ou dependentes.

Grândola, 25 de Março de 2019

| CONTAS

| Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017			(euros)
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	5	4.967.619,96	4.930.755,14
Bens do património histórico e cultural	5	60.400,00	
Activos intangíveis	6	61,42	245,49
Investimentos financeiros	7	959.106,03	1.850.686,58
		5.987.187,41	6.781.687,21
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	8	19.969,27	16.281,16
Créditos a receber	11	680.760,38	676.597,60
Estado e outros entes públicos	11	9.946,67	12.277,70
Diferimentos	12	2.621,08	2.382,38
Outros activos correntes	11	205.717,97	215.536,73
Caixa e depósitos bancários		9.814.755,12	8.484.199,05
		10.733.770,49	9.407.274,62
TOTAL DO ACTIVO		16.720.957,90	16.188.961,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	5.422.301,75	5.422.301,75
Reservas			
Resultados transitados	11	8.441.678,68	8.026.115,60
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10	652.385,06	632.203,82
		14.516.365,49	14.080.621,17
Resultados líquidos do período		461.439,40	415.563,08
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		14.977.804,89	14.496.184,25
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	11	626.484,30	621.830,45
Estado e outros entes públicos	11	32.292,72	30.377,91
Diferimentos	12	190.696,09	234.512,53
Outros passivos correntes	11	893.679,90	806.056,69
		1.743.153,01	1.692.777,58
TOTAL DO PASSIVO		1.743.153,01	1.692.777,58
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		16.720.957,90	16.188.961,83

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de Dezembro de 2018.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	9	1.197.997,28	1.369.536,58
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.153.609,12	899.002,16
Varição nos inventários de produção			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	(437.012,38)	(419.694,99)
Fornecimentos e serviços externos	14	(2.646.224,67)	(2.690.919,63)
Gastos com o pessoal	13	(1.276.585,24)	(1.275.882,59)
Outros rendimentos	15	2.584.824,44	2.636.364,27
Outros gastos	16	(8.661,32)	(17.461,40)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		567.947,23	500.944,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(106.507,83)	(85.381,32)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		461.439,40	415.563,08
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		461.439,40	415.563,08
Imposto sobre o rendimento do período			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		461.439,40	415.563,08

O Anexo faz parte integrante desta Demonstração dos Resultados por natureza do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.



| Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N-1

		(Euros)					
Rubricas	notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	interesses que não controlam	total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	5.422.302	7.749.671	709.022	276.445	14.157.439	14.157.439
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						0	0
Alterações de políticas contabilísticas						0	0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						0	0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						0	0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						0	0
Ajustamentos por impostos diferidos						0	0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						0	0
Aplicação do resultado líquido			276.445		-276.445	0	0
Outras alterações (subsídios)				-74.764		-74.764	-74.764
Outras alterações (doações)				-2.054		-2.054	-2.054
	2	0	276.445	-76.818	-276.445	-76.818	0
					0	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				415.563	415.563	415.563
						0	0
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3	0			139.119	338.745	338.745
						0	0
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						0	0
Fundos						0	0
Subsídios, doações e legados						0	0
Outras operações						0	0
	5	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	5.422.302	8.026.116	632.204	415.563	14.496.184	14.496.184

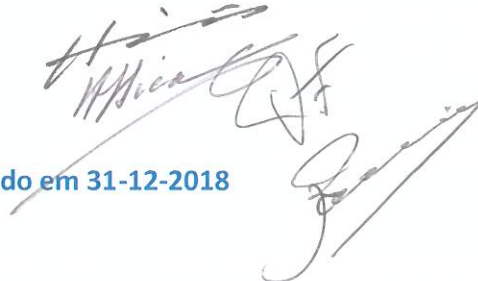
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N

		(euros)					
Rubricas	notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	5.422.302	8.026.116	632.204	415.563	14.496.184	14.496.184
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						0	0
Alterações de políticas contabilísticas						0	0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						0	0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						0	0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						0	0
Ajustamentos por impostos diferidos						0	0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						0	0
Aplicação do resultado líquido			415.563		-415.563	0	0
Outras alterações (subsídios)				-48.859		-48.859	-48.859
Outras alterações (doações)				69.040		69.040	69.040
	7	0	415.563	20.181	-415.563	20.181	0
					0	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				461.439	461.439	461.439
						0	0
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8	0			45.876	481.621	481.621
						0	0
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						0	0
Fundos						0	0
Subsídios, doações e legados						0	0
Outras operações						0	0
	10	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10	5.422.302	8.441.679	652.385	461.439	14.977.805	14.977.805

| Demonstração de fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA		(euros)	
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		3.670.755,15	3.811.465,85
Pagamento de subsídios			
Pagamento de apoios			
Pagamento de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(3.165.563,72)	(2.991.812,88)
Pagamentos ao pessoal		(1.244.644,87)	(1.255.858,13)
caixa gerada pelas operações		(739.453,44)	(436.205,16)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		1.732.037,33	732.734,77
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		992.583,89	296.529,61
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(74.148,58)	(354.866,84)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		(60.400,00)	
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		83.729,11	72.048,44
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		47.489,41	47.856,14
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		15.877,10	21.161,18
Dividendos			
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		12.547,04	(213.801,08)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		325.719,52	49.490,87
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(294,38)	(434,00)
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		325.425,14	49.056,87
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.330.556,07	131.785,40
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.484.199,05	8.352.413,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.814.755,12	8.484.199,05

O Anexo faz parte integrante desta Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.



Designação da entidade

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Grândola abreviadamente designada por ("SCMG").

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de direito privado e utilidade pública reconhecida como uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

Sede

Rua de D. Ana Luiza da Cruz Costa
75710-183 GRÂNDOLA

NIPC

501 055 134

Natureza da atividade

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Grândola tem como finalidade praticar a solidariedade social através de atividades de apoio à família e de proteção à infância e à velhice.

No âmbito da missão a que se propôs a SCMG assegura nas suas instalações as seguintes valências:

- . Lar para internamento de idosos;
- . e Centro de dia;

Em parceria assegura ainda:

- . Com a empresa Nephrocare serviços de diálise;
- . Com a empresa A. Mateus Dias, Lda. serviços na especialidade médica de gastroenterologia

Face ao seu reconhecimento como IPSS, encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas, nos termos do art.º 10º do CIRC. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro/cinco anos. Deste modo as declarações fiscais e de segurança social referentes aos anos de 2015 a 2018 e 2014 a 2018, respetivamente, poderão vir a ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades inspetivas não terão efeitos significativos nas presentes demonstrações financeiras.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros.



NOTA 2 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, no quadro das disposições em vigor em Portugal; e que se encontram consignadas para entidades do sector não lucrativo (ESNL) no Aviso 8258/ de 2015 de 29 de Julho, e na Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho e na Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as NCRF e Normas Interpretativas (NI); as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC/IFRIC.

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e seu reconhecimento que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunção das mesmas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamento material ao valor dos ativos e passivos.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

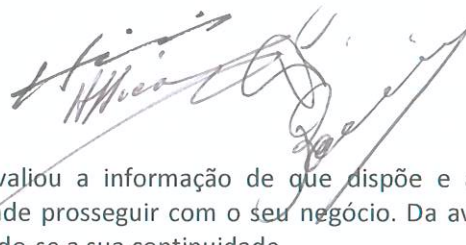
As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

NOTA 3 | Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

A) BASES DE APRESENTAÇÃO

1. Pressuposto da continuidade



No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

2. Pressuposto do acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3. Consistência da apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são **materialmente relevantes** se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

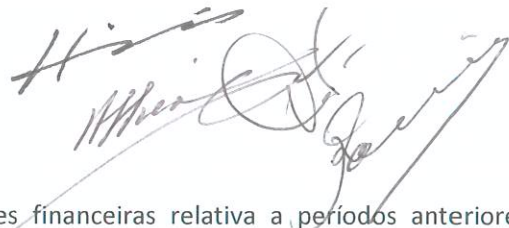
5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o crédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos concedidos pela SCMG. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram crédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

6. Informação comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.



A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação entre períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

B. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

1. Ativos fixos tangíveis

1.1 - Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição.

1.2 - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

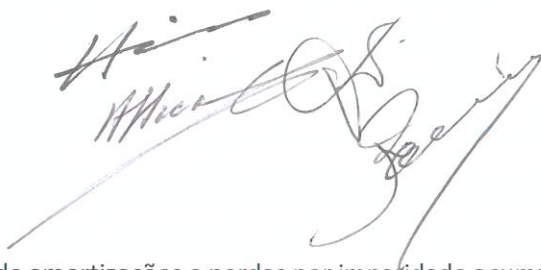
As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	-	20	a	50	anos
Equipamento básico	-	4	a	8	anos
Equipamento de transporte	-	3	a	7	anos
Equipamento administrativo	-	2	a	10	anos
Outros ativos fixos tangíveis	-	1	a	4	anos



2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3. Imposto sobre o rendimento

Face ao seu reconhecimento como IPSS, encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas, nos termos do art.º 10º do CIRC.

4. Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

5. Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a SCMG se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em

resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A SCMG desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A SCMG desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

6. Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da SCMG. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

A SCMG reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a SCMG obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

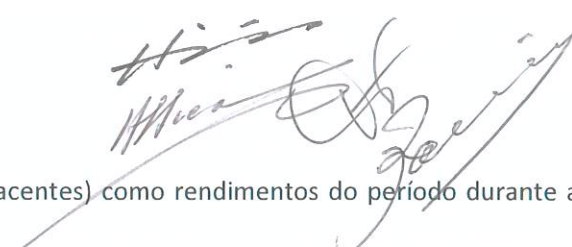
Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A SCMG baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

7. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a SCMG irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática



(proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

8. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

. Benefícios de curto-prazo

. Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social e licença por doença.

. Benefícios de cessação

. Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da SCMG cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

C) JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

D) ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não houve alterações nas políticas ou nas estimativas contabilísticas.

Não foram detectados erros.

NOTA 5 | Ativos fixos tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

Durante os períodos findos em 31/12/2017 e em 31/12/2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos bens do património histórico, artístico e cultural, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO									
Rubricas	Saldo em 01-01-2017	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2017	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2018
Bens do patr.hist. e cultural (Imagem	0,00	0,00	0,00		0,00	400,00	0,00		400,00
Adiant. p/conta bens patr.(painéis az	0,00				0,00	60.000,00			60.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.400,00	0,00	0,00	60.400,00

Existe o compromisso, consubstanciado no contrato de compra e venda assinado com a empresa D'Orey – Azulejos e Antiguidades, Lda. para a aquisição de dois painéis de azulejaria barroca da antiga Igreja da Misericórdia de Grândola, no valor total de 160.000€, sendo que em 31 de dezembro de 2018 o valor pago é de 60.000€.

Ativos Fixos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31/12/2017 e em 31/12/2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO									
Rubricas	Saldo em 01-01-2017	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2017	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2018
Terrenos e recursos naturais	2.013.876				2.013.876				2.013.876
Edifícios e outras construções	3.983.279				3.983.279			1.258.395	5.241.674
Equipamento básico	756.191				756.191	19.864		22.673	798.728
Equipamento de transporte	134.773				134.773	51.476			186.249
Equipamento administrativo	88.803	2.643			91.445				91.445
Outros activos fixos tangíveis	5.312				5.312				5.312
Activos fixos tangíveis em curso	1.211.737	312.202			1.523.938	69.040		(1.278.258)	314.720
Adiantamentos p/ aft	0				0	0			0
	8.193.971	314.844	0	0	8.508.815	140.379	0	2.809	8.652.004

DEPRECIACÕES ACUMULADAS									
Rubricas	Saldo em 01-01-2017	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2017	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2018
Terrenos e recursos naturais	0				0				0
Edifícios e outras construções	2.529.524	77.395			2.606.919	90.859			2.697.778
Equipamento básico	742.078	3.112			745.190	5.778			750.968
Equipamento de transporte	134.773				134.773	6.434			141.207
Equipamento administrativo	83.356	3.502			86.858	2.260			89.118
Outros activos fixos tangíveis	3.117	1.203			4.320	992			5.312
Activos fixos tangíveis em curso	0				0				0
	3.492.847	85.213	0	0	3.578.060	106.324	0	0	3.684.384
ACTIVO LÍQUIDO	4.701.123				4.930.755				4.967.620

Em 31/12/2018 não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

GASTOS COM DEPRECIAÇÕES		
Rubricas	2017	2018
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	77.395,12	90.859,37
Equipamento básico	3.112,14	5.777,81
Equipamento de transporte		6.434,44
Equipamento administrativo	3.502,23	2.260,00
Outros activos fixos tangíveis	1.203,10	992,14
Activos fixos tangíveis em curso		
	85.212,59	106.323,76

NOTA 6 | Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31/12/2017 e em 31/12/2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO									
Rubricas	Saldo em 01-01-2017	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2017	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2018
Programas de computador	2.643,27	0,00	0,00		2.643,27		0,00		2.643,27
	2.643,27	0,00	0,00	0,00	2.643,27	0,00	0,00	0,00	2.643,27
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS									
Rubricas	Saldo em 01-01-2017	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2017	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2018
Programas de computador	2.229,05	168,73	0,00		2.397,78	184,07			2.581,85
	2.229,05	168,73	0,00	0,00	2.397,78	184,07	0,00	0,00	2.581,85
ACTIVO LÍQUIDO	414,22				245,49				61,42

GASTOS COM AMORTIZAÇÕES									
Rubricas					2017			2018	
Programas de computador					0,00	168,73			184,07
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168,73	0,00	0,00	184,07

NOTA 7 | Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros detidos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são detalhados como se segue:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
Rubricas	Saldo em 01-01-2017	Aumentos e reforços	Abates, alienações e reembolsos	Saldo em 31-12-2017	Aumentos e reforços	Abates, alienações e reembolsos	Saldo em 31-12-2018
Títulos de investimento CCAM Cos	1.845.215	1.845		1.847.060	1.485	900.000	948.545
Ações Cx. Económica Montepio Geral, SA				0	5.000		5.000
Fundo Compens. Trabalho	1.984	2.565	1.598	2.951	3.145	1.211	4.886
Fundo Reest. Setor Social	675			675			675
	1.847.874			1.850.687			959.106

NOTA 8 | Inventários

Os inventários da Santa Casa da Misericórdia de Grândola dividem-se em duas rubricas:

Géneros alimentares
Material de saúde e higiene

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO

		Saldo em 31-12-2018			Saldo em 31-12-2017		
		Mercadorias	Matérias primas, Subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias primas, Subsidiárias e de consumo	Totais
DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS							
Inventários no começo do período	+		16.281,16	16.281,16		14.205,08	14.205,08
Compras							
Compras	+		439.155,82	439.155,82		426.920,40	426.920,40
Devoluções de compras	-		17.888,05	17.888,05			0
Descontos e abatimentos em compras	-		0	0		20.340,15	20.340,15
Regularizações	+		19.432,72	19.432,72		15.190,82	15.190,82
Inventários no fim do período	+		19.969,27	19.969,27		16.281,16	16.281,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=	0	437.012,38	437.012,38	0	419.694,99	419.694,99

NOTA 9 | Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos:

RÉDITO			
DESCRIÇÃO	2018	2017	
Vendas			
Produtos Sítvcolas	0,00	191.250,00	
Prestações de serviços			
Matrículas e mensalidades de utentes - ERPI	1.148.653,75	1.117.529,28	
Matrículas e mensalidades de utentes - Centro Dia	38.460,57	40.816,30	
Cantina Social	9.160,00	18.260,00	
Quotizações e joias	1.722,96	1.681,00	
TOTAL	1.197.997,28	1.369.536,58	

NOTA 10 | Subsídios do governo

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO							
		BALANÇO		Demonstração de resultados			
		Fundo patrimonial		Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Relacionados com investimentos							
Proj. Luta contra a pobreza		0,00	7.543,21	7.543,21	7.543,20		
Proj. recuperar para melhor servir		490.910,36	532.225,91	41.315,55	67.221,10		
(A)		490.910,36	539.769,12	48.858,76	74.764,30	0,00	0,00
Relacionados com exploração							
Lares						703.653,57	687.954,67
Centros de dia						47.419,59	44.780,10
Projecto RLIS						47.816,44	69.582,13
Câmara Municipal de Grândola						29.000,00	0,00
Doações / Donativos						325.719,52	96.685,26
(B)		0,00	0,00	0,00	0,00	1.153.609,12	899.002,16

NOTA 11 | Instrumentos financeiros

A Santa Casa utiliza diferentes instrumentos financeiros no exercício. Aqui se dá conta da situação patrimonial comparativa das várias classes de instrumentos financeiros.

CLIENTES/UTENTES						
	Valor nominal		Imparidades		Valor Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Rendeiros	53.861,53	42.059,39			53.861,53	42.059,39
Utentes	28.394,89	24.766,03			28.394,89	24.766,03
Saúde - Serviços externos	598.503,96	609.772,18			598.503,96	609.772,18
	680.760,38	676.597,60			680.760,38	676.597,60

OUTROS ATIVOS CORRENTES						
	Valor nominal		Imparidades		Valor Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
					0,00	0,00
Pessoal	6.419,83	1.212,90			6.419,83	1.212,90
Saldo devedores em fornecedores	483,38				483,38	0,00
Outros devedores		800,23			0,00	800,23
Montepio Grandolense	2.025,46				2.025,46	0,00
POISE	193.416,30	204.719,85			193.416,30	204.719,85
Devedores por acréscimo de rendimentos						
ISS - cantinas sociais		3.068,75			0,00	3.068,75
Bens em comum com a SCMAS					0,00	0,00
Juros a Receber (conta SC)	3.256,00	5.558,00			3.256,00	5.558,00
Juros a Receber (conta utentes)	117,00	177,00			117,00	177,00
	205.717,97	215.536,73			205.717,97	215.536,73

FORNECEDORES						
	Valor nominal		Imparidades		Valor Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecedores gerais c/c	64.316,71	48.600,29			64.316,71	48.600,29
Fornecedores serviços externos						
Hemodiálise	562.167,59	573.230,16			562.167,59	573.230,16
	626.484,30	621.830,45			626.484,30	621.830,45

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
	Valor nominal	
	2018	2017
Corrente (saldos credores)		
Retenção imposto s/ rend.		
Trabalho dependente	4.852,00	4.279,00
Trabalho independente	1.148,35	1.043,79
Iva a pagar	0,00	0,00
Contribuição p/ Seg. Social	26.292,37	25.055,12
	32.292,72	30.377,91
Corrente (saldos devedores)		
Iva (reembolsos pedidos)	7.420,34	9.751,37
Iva a recuperar	2.526,33	2.526,33
	9.946,67	12.277,70

OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Valor nominal		Imparidades		Valor Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecedores de Investimentos	11.211,38	11.211,38			11.211,38	11.211,38
Pessoal	282,92	174,87			282,92	174,87
Outros credores						
Montepio	10.314,02	10.853,63			10.314,02	10.853,63
Poph	0,00	0,00			0,00	0,00
Descontos judiciais	352,08	445,44			352,08	445,44
Valores de utentes à guarda	681.211,84	606.874,29			681.211,84	606.874,29
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a pagar ao pessoal	189.970,59	176.497,08			189.970,59	176.497,08
TOC/EDP	337,07	0,00			337,07	0,00
	893.679,90	806.056,69	0,00	0,00	893.679,90	806.056,69

Fundos patrimoniais

Nos “fundos patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Fundos Patrimoniais						
Rubricas	Saldo em 31-12-	Transferências				Saldo em 31-12-
	2017	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições	2018
Fundos	5.422.302					5.422.302
Resultados transitados	8.026.116	415.563				8.441.679
Out. variac. Fundos Patrimoniais	632.204		-48.859	69.040		652.385
Resultado líquido do período	415.563		-415.563	461.439		461.439
	14.496.184	415.563	-464.422	530.479	0	14.977.805

NOTA 12 | Diferimentos

O detalhe da rubrica “Diferimentos”, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é conforme se segue:

Ativos		
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	31/12/2018	31/12/2017
Seguros	2.621,08	2.382,38
TOTAL	2.621,08	2.382,38
Passivos		
Diferimentos		
Rendimentos a reconhecer	31/12/2018	31/12/2017
Subsídio POISE - 03 4538 FSE 000031	184.029,43	231.845,87
Rendas - Rec. Antecipados	6.666,66	2.666,66
TOTAL	190.696,09	234.512,53

NOTA 13 | Benefícios dos empregados

A rubrica “Gastos com o pessoal”, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, detalha-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS		
DESCRIÇÃO	2018	2017
Remunerações do pessoal	1.020.805	1.018.247
Pensões	3.320	3.320
Indemnizações	0	0
Encargos sobre remunerações	228.597	226.728
Seguro de acidentes de trabalho	15.774	16.841
Gastos de acção social	0	0
Medicina no trabalho	4.367	4.970
Higiene e segurança	155	359
Gastos com fardamento	3.567	5.417
	<u>1.276.585</u>	<u>1.275.883</u>

O número médio de pessoas ao serviço da SCMG foi de 117 colaboradores e em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 tinha ao seu serviço 122 e 119 respectivamente.

Os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Grândola não são remunerados.

NOTA 14 | Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos”, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, detalha-se da seguinte forma:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
DESCRIÇÃO	2018	2017
SUBCONTRATOS		
Explorações Agrícolas	0,00	81.358,55
Tratamentos		
Hemodiálise	2.281.634,24	2.297.121,58
Endoscopia gastroenterológica	4.516,93	2.072,33
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		
Trabalhos especializados	22.697,04	20.501,36
Publicidade	0,00	1.107,00
Vigilância e segurança	617,19	554,33
Honorários	54.139,47	49.785,58
Conservação e reparação	41.762,42	34.243,27
Outros	12.419,79	33.482,21
MATERIAIS		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	11.219,54	10.448,36
Livros e documentação técnica	23,00	
Material de escritório	15.719,19	10.369,01
Artigos para oferta	7.294,43	1.452,00
ENERGIA E FLUÍDOS		
Electricidade	85.219,80	76.121,80
Combustíveis	65.605,69	51.389,42
Água	23.723,88	0,00
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES		
Deslocações e estadas	1.293,75	3.710,60
SERVIÇOS DIVERSOS		
Rendas e alugueres	376,38	376,38
Comunicação	9.745,28	8.529,14
Seguros	6.376,23	4.775,61
Contencioso e notariado	548,15	1.360,36
Despesas de representação	676,35	0,00
Limpeza, higiene e conforto	615,92	2.160,74
TOTAL	2.646.224,67	2.690.919,63

NOTA 15 | Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos”, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, detalha-se da seguinte forma:

OUTROS RENDIMENTOS		
DESCRIÇÃO	2018	2017
Tratamentos/Exames		
Hemodiálise	2.406.308,57	2.425.073,13
Gastroenterologia	7.263,79	7.638,20
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Rendas e outros rendimentos de propriedades de inv		
Terrenos e recursos naturais	30.921,41	33.754,84
Edifícios e outras construções	951,51	1.101,24
Bens em comum S.C. Alcacer do Sal	10.385,93	4.930,74
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financ.		
Títulos de capital - distribuição	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		
Reembolso senhas de refeição	1.095,00	485,54
Reembolso telefone	0,00	0,00
Reembolsos diversos/Exploração Casa Mortuária	14.965,00	17.389,72
Administração de herdades	0,00	0,00
Alienação de imóvel	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimento	48.858,76	74.764,30
Rendimentos de bens doados	0,00	2.054,11
Rendimentos financeiros de bens de utentes à guarda	0,00	155,13
Correcção a exercícios anteriores	707,96	0,00
Juros		
De depósitos	15.877,10	21.161,18
De outras aplicações financeiras	47.489,41	47.856,14
TOTAL	2.584.824,44	2.636.364,27

NOTA 16 | Outros gastos

A rubrica “Outros gastos”, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, detalha-se da seguinte forma:

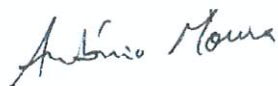
OUTROS GASTOS		
DESCRIÇÃO	2018	2017
Impostos/Taxas	866,19	85,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Donativos	1.000,00	1.000,00
Quotizações	3.430,00	3.550,00
Correcções de exercícios anteriores	3.068,75	12.365,02
Outros	2,00	0,00
gastos financeiros	294,38	461,38
TOTAL	8.661,32	17.461,40

NOTA 17 | Informações exigidas por documentos legais

A Mesa Administrativa informa que a SCMG não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

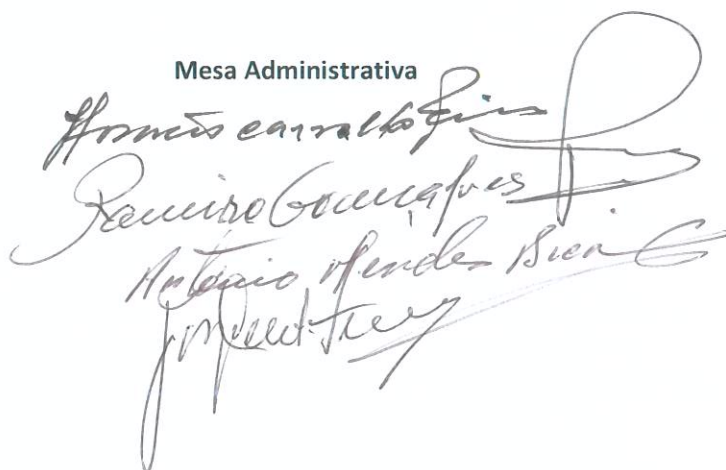
Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Mesa Administrativa informa que a situação da SCMG perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O Contabilista Certificado



António Carneiro de Moura
TOC 11838

Mesa Administrativa



Handwritten signature: H. Reis

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 2018 DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GRÂNDOLA



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal vem apresentar o seu PARECER relativo ao Relatório de Actividades e Contas referentes ao exercício económico de 2018.

O Conselho Fiscal analisou e apreciou as Contas do ano de 2018 da Santa Casa da Misericórdia de Grândola e examinou também o Relatório de Auditoria subscrito em 28 de Março de 2019 pela Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. respeitante às referidas Contas do exercício económico de 2018.

Nestes termos, e tendo sempre presente o Relatório de Auditoria anteriormente referido, o Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com as principais políticas contabilísticas em vigor, apresentando de forma clara, verdadeira e apropriada, a situação financeira e patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

Propomos, assim, que seja aprovado o Relatório de Actividades e Contas do exercício económico de 2018 da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

Grândola, 28 de Março de 2019

Assinado: Dr. Filipe Augusto de Oliveira e Silva

Handwritten signature of Dr. Filipe Augusto de Oliveira e Silva

Dr. Jorge Manuel Gamito Tojinha Pereira

José Trindade Mateus

Handwritten signature of José Trindade Mateus

Dr. António Estevão Barrancos Fino de Sousa Bernardino (*presidente*)

Dr. Carlos Manuel Tojinha Gamito (*1º secretário*)

Arq. Alberto Sallatty de Aires Mateus (*2º secretário*)

MESA ADMINISTRATIVA

Horácio Carvalho Pereira (*provedor*)

Ramiro Gonçalves Pereira (*vice-provedor*)

Jorge Duarte Ferreira (*secretário*)

António Mendes Bica (*tesoureiro*)

Dr. Victor Manuel Guerreiro da Rocha (*vogal*)

Eng.º José Luís Gomes Dias (*1º suplente*)

CONSELHO FISCAL

Dr. Filipe Augusto de Oliveira e Silva (*presidente*)

Dr. Jorge Manuel Gamito Tojinha Pereira (*1º vogal*)

José Trindade Mateus (*2º vogal*)

Manuel Maria Julião da Fonte (*1º suplente*)

José Alfredo de Sousa Santos (*2º suplente*)